

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Evocar hoje, dia 8 de Março de 2007, o Tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia, assinado em Roma há 50 anos atrás, constitui mais uma oportunidade, exactamente, para o Parlamento dos Açores reflectir e debater politicamente a Europa deste tempo.

Poderia, nesta ocasião, fazer-se a análise histórica de meio século de uma das realidades definidoras do conceito de Europa.

Poderia, ainda, fazer-se o balanço deste processo de construção europeia.

Poderia, por outro lado, fazer-se a contas aos benefícios da nossa integração na Europa institucional.

Obviamente, que, com os conhecimentos e ensinamentos da História promove-se a melhor percepção dos tempos e das gentes que os constroem.

É, ainda, reconhecida a importância da evolução do processo de institucionalização de um espaço único na Europa para as dinâmicas internas e externas ao Velho Continente.

Conhecemos, especialmente, os milhões que da Europa têm chegado à Região, as obras que permitiram realizar e os benefícios que, é justo e imperioso reconhecer, a integração europeia trouxe ao Açores e aos açorianos.

Por tudo isto, parece-nos que, sem prejuízo da importância das sobreditas abordagens, é mister, hoje, 50 anos depois da assinatura do Tratado de Roma, fazer outro tipo de análise.

A análise que, identificando os condicionalismos, potenciando as capacidades e definindo os objectivos e as prioridades, nos leve a conquistar o grande desafio dos Açores: a plena e incondicional integração europeia concretizada com a efectiva convergência com os níveis europeus de desenvolvimento.

Hoje, passados 50 anos do Tratado original da então Comunidade Económica Europeia, cerca de 20 anos após a integração de Portugal, lamentavelmente, para além de não nos aproximarmos das médias europeias de desenvolvimento, ainda não existe, por parte de muitos e muitos açorianos, um efectivo sentimento de integração europeia, uma corporizada assunção de um verdadeiro estatuto de cidadãos da Europa.

Para que os açorianos se sintam, de facto e por direito, europeus, para que os Açores sejam, natural e essencialmente Europa, é necessário que se desfaçam dois equívocos que têm condicionado uma eficaz percepção do processo de construção e integração europeia.

Desde logo, a tendência comum da abordagem deste processo assente na tentativa de ler os condicionalismos da realidade espaço-temporal do processo de unificação da Europa com parâmetros de comparação e relacionamento causal com realidades de outras épocas e de diferentes marcadores estruturais e conjunturais.

Com efeito, não pode querer viver-se a realidade actual do processo europeu, em todas as suas múltiplas e concatenadas dimensões, tendo por base a parametrização social, cultural, económica, em suma, civilizacional de outros tempos e outras ideias de Europa.

O velho continente, beneficiando da sua própria configuração geográfica, sempre foi sendo abordado em termos político-institucionais numa perspectiva de unidade.

O sucesso de cada uma das sucessivas eras de domínio da Europa sempre dependeu da forma como se adequavam às circunstâncias temporais, espaciais e humanas de cada tempo.

Mesmo a realidade pós-guerra e perante a progressão soviética e a ascensão americana, também corporizada no Plano Marshall, que levou ao agora celebrado Tratado de Roma, deve ser percebida eficazmente naquelas concretas condições que o promoveram, não parecendo eficaz, sequer, que se pretendam transpor para hoje os fundamentos daquele tempo.

O mesmo se diga dos resultados alcançados com os quadros jurídico-políticos de outras etapas do processo europeu.

Efectivamente, os pressupostos das conquistas do Luxemburgo, de Haia, de Rodes, de Maastricht, de Amsterdão, de Nice, de Laecken ou mesmo de Lisboa, sendo entendidos e abordados adequadamente, resultaram com eficácia na vida da Europa. Não são, no entanto, os mesmos deste tempo, que exige, nessa exacta medida, outras soluções e, também por isso, outros resultados.

É, por isso, necessário desfazer o equívoco da desactualização da leitura dos parâmetros e condicionalismos da realidade europeia e, nessa dimensão, é imperioso actualizar as perspectivas, políticas e vivências do processo europeu de acordo com aquilo que é este tempo.

O segundo equívoco da abordagem da nossa participação europeia assenta na predisposição assumida de se entender a inter-relação no espaço europeu apenas num sentido: de lá para cá.

Tal concepção reproduz-se, aliás, na expressão comumente utilizada de que a Europa está “lá fora”.

Isto é, enquanto os Açores nas suas políticas e os açorianos nas suas vidas virem a Europa como algo que lhes é externo,

superior e distante, a nossa integração no espaço comum do velho continente constituirá um processo estranho, inferiorizado e insensível para muitos.

Para sermos, efectiva e integralmente, parte da Europa, temos de assumir essa relação nos dois sentidos que qualquer relação determina, temos de dar e receber, sermos influenciados pelas políticas que, também, temos de determinar, estar tão presentes no processo decisório quanto as medidas das instituições da União regulam as nossas vidas.

Tudo isto porque nós somos Europa, a Europa também é Açores.

Desfeitos, assim, os dois referidos equívocos tem de partir-se para a acção política e, nessa medida, envolvendo e determinando toda a actuação da sociedade, de acordo com os parâmetros, exigências e apostas deste tempo e com a convicção da plenitude da nossa condição europeia.

Os Açores só podem alcançar o supracitado desafio da convergência, quando, assumindo as nossas específicas e raras

potencialidades, afirmarmos positivamente a nossa presença e importância no Mundo.

O sucesso dos Açores e a melhoria das vidas dos açorianos não se promovem acentuando a nossa presença aqui, reforçando a nossa afirmação “cá dentro” ou evidenciando poder internamente.

Pelo contrário, tudo isso só se alcança incrementando a nossa presença na Europa, apostando na nossa afirmação e demonstrando as nossas imensas potencialidades no espaço externo aos limites geográficos dos Açores a que também pertencemos.

Para alcançarmos os principais objectivos de coesão económica, social e territorial da Europa não podemos ter uma atitude passiva à espera que façam algo que nos beneficie, ou que não façam algo que nos prejudique.

Pelo contrário, temos de ter uma atitude positiva, pró-activa que nos afirme, que defenda os interesses dos Açores e beneficie os açorianos.

Já não podemos mais pensar ou esperar que a Europa faça algo por nós, temos de pensar e agir no sentido daquilo que podemos fazer na Europa.

Não devemos defender a contradição de que a falta de coesão pode ser um benefício.

A falta de convergência com os patamares de desenvolvimento da Europa não pode ser vantagem para benefícios conjunturais e mediáticos.

Sermos Europa não é reduzir a nossa dimensão e particularidades identificadoras às directrizes, benesses, ondas e condicionalismos de outras partes do todo a que, também, pertencemos.

Sermos Europa é contribuir para essas orientações, é estar na linha da frente, é afirmar as nossas especificidades como, estas sim, um valor europeu.

Sermos Europa é assumir políticas e posições pró-activas no contexto mundial



A este nível, as políticas do Mar devem assumir-se como o principal eixo de intervenção dos Açores no Mundo.

Sem esperar, como historicamente sempre aconteceu, que sejam os outros a utilizar a riqueza que constitui o nosso Mar, ou que sejam as instituições europeias a tomar a iniciativa de promover a reflexão, o conhecimento e recursos do oceano que nos rodeia, os Açores devem levar por diante uma aposta clara na valorização ambiental, científica e económica do nosso Mar.

Somos mais Mar do que Terra.

Mas o Mar não pode ser limite ou fronteira.

O Mar é o caminho do nosso desenvolvimento.

O Mar é hoje entendido como um dos maiores bens da Humanidade, pelo que é, pelo que tem, pelo que dá, mas, sobretudo, pelo que pode ser e pelo que pode dar ao Futuro dos Homens.

No entanto, o Mar hoje é conhecido em percentagens ínfimas das suas potencialidades.

Deve ser, por isso, um dos principais objectivos dos Açores promover um rigoroso e potenciador conhecimento dos recursos marinhos, a par da adopção de políticas estratégicas de utilização de tais capacidades ao nível económico com os benefícios que isso terá de trazer para a sociedade açoriana.

A este nível é necessária uma nova e actualizada abordagem da nossa mais-valia geo-estratégica.

Com essa nova abordagem dissipam-se dúvidas sobre o nosso papel no Mundo e fomentam-se linhas de afirmação nas dinâmicas do planeta.

Hoje, já não é tempo de falarmos dos Açores numa redutora perspectiva de defesa militar ou como meio de projecção de forças no Atlântico.

Hoje, é tempo de pensarmos a nossa localização geográfica como decisiva para o conhecimento e para as principais questões da Economia do Mundo como a Energia e os Transportes marítimos e aéreos.

Continuando naquilo que somos e no que podemos contribuir para a Europa e para o Mundo, não podemos esquecer a especial condição de laboratório natural que os Açores constituem.

No estudo do clima e das suas alterações e na preservação e promoção sustentável das condições ambientais e naturais, os Açores devem estar também na linha da frente do pensamento e acção mundial.

Por outro lado, a nossa condição arquipelágica, isolada e dispersa induz a uma especial promoção das novas tecnologias e em tudo aquilo que a sociedade deste tempo privilegia como globalização virtual sem espaços, fronteiras ou distâncias.

É, por tudo isto, que constatamos ser este um tempo especial em que os Açores podem assumir um papel de relevo no Mundo e, nessa medida, neste processo de construção europeia iniciado há 50 anos em Roma.

Em suma, hoje, no Mundo, discute-se e afirma-se a importância fulcral do Mar, tal como se conhece a influência do sector energético para a própria estabilidade do planeta, como, do

mesmo modo, se reconhece a relevância dos transportes aéreos e marítimos como decisivos para a Economia mundial, como também se sabe que se encontra no topo das reflexões as alterações climáticas e a preservação ambiental, como, ainda, se sente o alcance e o domínio das novas tecnologias na nova realidade deste tempo.

E é tudo isto que potencialmente podem ser os Açores.

E é tudo isto que pode constituir o contributo maior dos Açores para o Mundo, para a nova Europa que também somos.

Nesta nova Europa virada cada vez mais para os cidadãos, para as pessoas, como só pode ser orientada qualquer política consciente dos objectivos fundamentais e estratégicos da acção pública.

Neste tempo, nesta Europa, os Açores, que já influenciaram positivamente nalguns aspectos o processo evolutivo da União, designadamente na conceptualização europeia da realidade ilha, têm o dever de dar passos significativos no contributo especial para o todo de que fazemos parte e na assunção efectiva da nossa condição de cidadãos europeus, sendo de registar a importância

de deixar tal pressuposto presente de forma clara na revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região, em curso.

Com esta predisposição, com este conhecimento e com estas apostas, os Açores podem integrar-se efectivamente num novo paradigma de desenvolvimento sustentado, participando afirmativamente nas dinâmicas sociais e económicas do Mundo.

É isto que constitui a Modernidade da intervenção pública deste tempo.

É, assim, este o contributo que o PSD deixa na evocação de 50 anos de construção de um projecto europeu de que somos parte, com uma perspectiva pró-activa, positiva e construtiva de integração.

Com uma postura de abertura no tempo, sem condicionalismos ou preconceitos do Passado e empenhados no Futuro, abertura na Europa e ao Mundo, abertura que só pode ter os resultados desejados quando for sentida e vivida pelas Pessoas em todas as dimensões das suas existências.

Porque, na verdade, quem faz a História são os homens.

Celebramos, assim, o 50º aniversário do Tratado de Roma, congratulando-nos com as conquistas políticas, económicas e sociais mas, sobretudo, celebrando a Paz alcançada e o Futuro do europeus que também somos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 8 de Março de 2007